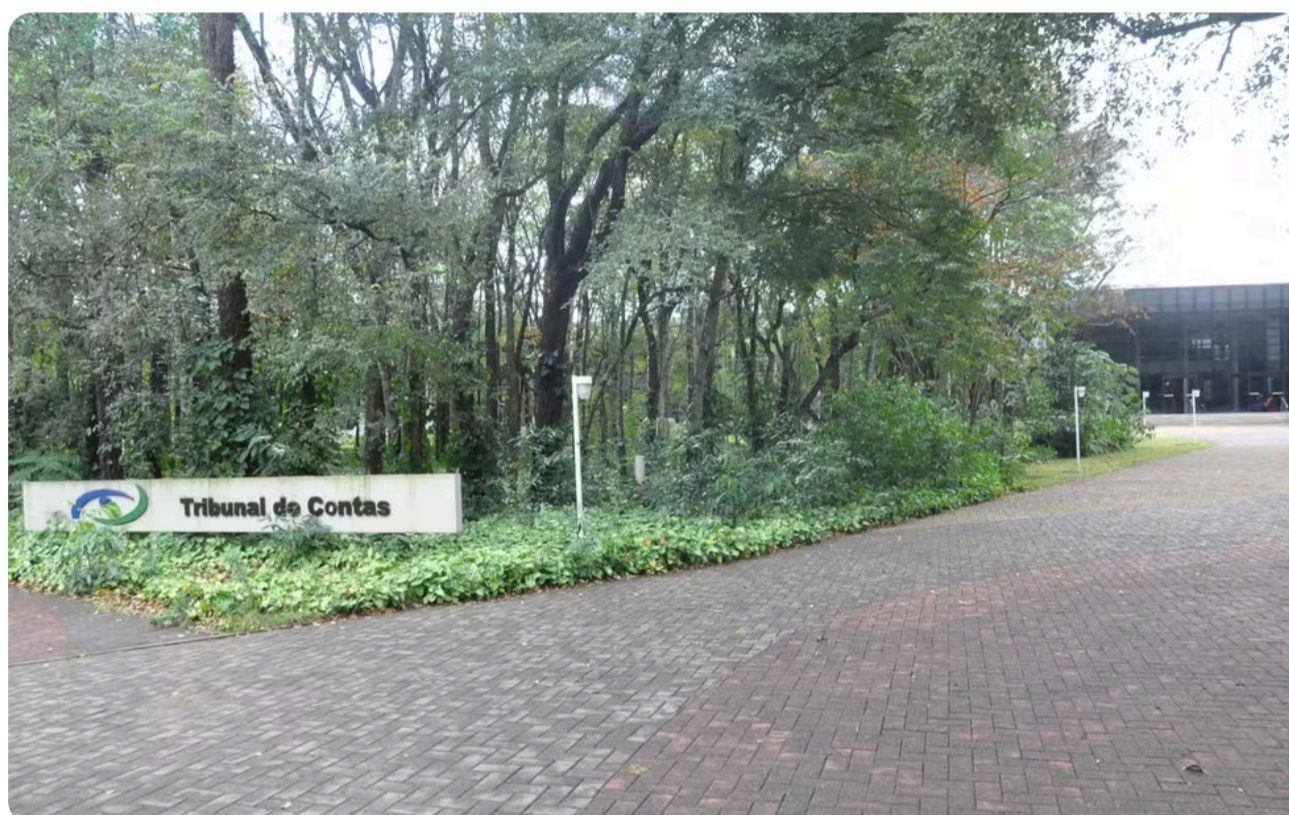


TCE-MS barra licitação de R\$ 51 milhões para loteria estadual após denúncias de irregularidades

A empresa que poderia ser contratada ia ser responsável pelo desenvolvimento de uma solução tecnológica que integre os sistemas de pagamento e acompanhe o fluxo financeiro das operações.

Por Thais Libni, g1 MS — Mato Grosso do Sul

11/04/2025 11h50 · Atualizado há 2 dias



Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul TCE-MS — Foto: Fernando da Mata/G1 MS

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), suspendeu a licitação de R\$ 51.474.339,31 do governo estadual que ia escolher uma empresa para gerir software da loteria do estado, a Lotesul. O órgão viu "direcionamento de escolhas injustificadas" do processo de escolha.

A empresa que ia ser contratada seria responsável pelo desenvolvimento de uma solução tecnológica que integre os sistemas de pagamento e acompanhe o fluxo financeiro das operações. Além disso, deverá realizar manutenção, ajustes e atualizações ao longo do contrato, entregando o código-fonte e o banco de dados completos ao final da vigência.

✅ [Clique aqui para seguir o canal do g1 MS no WhatsApp](#)

De acordo com o despacho, Jamil Name Filho, atualmente preso no presídio Federal de Mossoró, foi um dos denunciante. O **preso na Operação Omertà** também alegou que há indícios de direcionamento da licitação, em vários

"Os denunciantes alegam que o edital de licitação impugnado contém indícios de direcionamento do certame, em virtude de condições incomuns e injustificadas, assim como impugnam diversos itens do termo de referência que comprometam a competitividade e/ou viabilidade econômica da licitação tanto para os concorrentes quanto para o próprio Estado de Mato Grosso do Sul", aponta o documento de suspensão.

A decisão é do relator, conselheiro Márcio Monteiro, que considerou ser necessário analisar melhor as denúncias.

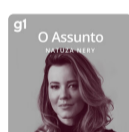
"Considerando a complexidade e a especificidade técnica do objeto licitado, bem como a necessidade de verificação minuciosa quanto à adequação das exigências editalícias e sua compatibilidade com o interesse público, DETERMINO o encaminhamento dos autos à Divisão de Fiscalização de Contratações Públicas, para manifestação, nos termos do art. 128, inciso III, do RITCE/MS".

Operacionalização de loteria estadual

A operacionalização em si, incluindo a definição dos modelos de loteria que serão adotados, ainda está em estudo e será detalhada e deve ser detalhada ainda em 2025.

A exploração de loterias é regulamentada pelo governo federal e, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 493, estados e o Distrito Federal têm competência para instituir e administrar suas próprias loterias.

Veja vídeos de Mato Grosso do Sul:



A história do juiz que fraudou identidade

O Assunto



00:00

A história:

26:02

